

[Vigência](#)

[Alterada pela DN COMAM nº 31/00](#)



BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Sexta-feira, 9 de Abril de 1999

Ano V - Edição N.: 861

Poder Executivo

Conselho Municipal do meio Ambiente - COMAM

DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 023/99

Estabelece as normas de gestão e funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica / CEVAE-PBH, enquanto instrumentos de política pública de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, I e II, da Lei nº 4.253, de 04 de dezembro de 1985;

DELIBERA:

~~Art. 1º - Os Centros de Vivência Agroecológica têm sua gestão e funcionamento definidos por esta Deliberação Normativa.~~

Art. 1º - Os Centros de Vivência Agroecológica - CEVAE / PBH, têm sua gestão e funcionamento definidos por esta Deliberação Normativa. [\(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000\)](#)

~~Art. 2º - Os Centros de Vivência Agroecológica são equipamentos público-comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção sócio-ambiental, através de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar, agroecologia, capacitação e geração alternativa de renda.~~

Art. 2º - Os Centros de Vivência Agroecológica são equipamentos público-comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do Município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção sócio-ambiental, através de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração alternativa de renda. [\(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000\)](#)

~~Art. 3º - Os Centros de Vivência Agroecológica baseiam-se nos seguintes fundamentos:~~

- ~~I - promoção do desenvolvimento local sustentável;~~
- ~~II - gestão descentralizada e participativa;~~
- ~~III - desenvolvimento de ações práticas de experimentação, validação e difusão de tecnologias agroecológicas, socialmente apropriadas;~~
- ~~IV - utilização de metodologias participativas como base da intervenção;~~
- ~~V - promoção de parcerias.~~

Art. 3º - Os Centros de Vivência Agroecológica baseiam-se nos seguintes fundamentos:

- I - promoção do desenvolvimento local sustentável;
- II - gestão descentralizada e participativa;
- III - desenvolvimento de ações práticas de experimentação, validação e difusão de tecnologias agroecológicas, socialmente apropriadas;
- IV - utilização de metodologias participativas como base da intervenção; V - promoção de parcerias.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 4º - São objetivos dos Centros de Vivência Agroecológica:~~

- ~~I - melhorar a qualidade de vida urbana através da participação popular e desenvolvimento sócio-ambiental, alimentar e cultural do cidadão, promovendo a melhoria do meio ambiente local;~~
- ~~II - promover a educação ambiental e sanitária a partir dos contextos locais, procurando desenvolver nas crianças, jovens e adultos, a percepção sobre o meio ambiente urbano e o compromisso com a sua melhoria;~~
- ~~III - promover a educação alimentar a partir da valorização dos conhecimentos locais, procurando desenvolver na população a percepção sobre a relação entre alimentação e saúde e a importância da alimentação saudável para a melhoria da qualidade de vida;~~
- ~~IV - apoiar projetos de incentivo à melhoria das condições ambientais e sanitárias de populações de baixa renda das áreas de abrangência dos Programas;~~
- ~~V - fortalecer os grupos formais e informais das comunidades, visando o aumento da participação popular na gestão das políticas públicas.~~

Art. 4º - São objetivos dos Centros de Vivência Agroecológica:

- I - Melhorar a qualidade de vida urbana através da participação popular e desenvolvimento sócio-ambiental, alimentar e cultural do cidadão, promovendo a melhoria do meio ambiente local;
- II - Promover a educação ambiental e sanitária a partir dos contextos locais, procurando desenvolver nas crianças, jovens e adultos, a percepção sobre o meio ambiente urbano e o compromisso com a sua melhoria;
- III - Promover a educação alimentar a partir da valorização dos conhecimentos locais, procurando desenvolver na população a percepção da relação entre alimentação e saúde bem como a importância da alimentação saudável para a melhoria da qualidade de vida;
- IV - Apoiar projetos de incentivo à melhoria das condições ambientais e sanitárias de populações de baixa renda das áreas de abrangência dos programas;
- V - Fortalecer os grupos formais e informais das comunidades, visando o aumento da participação popular na gestão das políticas públicas.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 5º - São diretrizes gerais de ação para o funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica:~~

- ~~I - capacitação e potencialização dos grupos de agentes comunitários na formulação de estratégias e ações para a gestão ambiental local;~~
- ~~II - incentivo e apoio às iniciativas ambientais comunitárias e de órgãos públicos ou privados que visem o desenvolvimento ambiental das localidades;~~
- ~~III - promoção de intercâmbio com a rede de ensino visando a difusão dos princípios da Agenda 21;~~

- ~~IV – promoção de cursos de educação ambiental e sanitária, medicina natural e aproveitamento integral dos alimentos, horticultura e jardinagem, possibilitando aprendizado potencializador de geração de renda;~~
- ~~V – desenvolvimento de experiências participativas de intervenção em problemas ambientais como lixo, ausência de saneamento básico, poluição das águas, solo e ar, áreas degradadas, entre outros;~~
- ~~VI – melhoria nutricional da população atingida a partir do incentivo ao cultivo de hortas, plantas medicinais, pomares domiciliares e comunitários;~~
- ~~VII – conservação, manejo e uso de sua área para experimentação e demonstração de tecnologias agroecológicas e práticas educativas de cunho ambiental;~~
- ~~VIII – adequação do manejo das áreas dos Centros de Vivência Agroecológica às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sócio-culturais das comunidades localizadas nas áreas de abrangência dos programas;~~
- ~~IX – dinamização do CEVAE como equipamento público tornando-o um ponto de referência ambiental, alimentar e cidadã em apoio às comunidades locais;~~
- ~~X – utilização de seus equipamentos em eventos populares e manifestações culturais, de acordo com a legislação municipal aplicável;~~
- ~~XI – ampliação das parcerias e apoio financeiro para o melhor desenvolvimento dos programas;~~
- ~~XII – difusão das experiências realizadas de forma que outras comunidades e cidades possam multiplicar as ações de melhoria ambiental local;~~

Art. 5º - São diretrizes gerais de ação para o funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica:

- I - capacitação e potencialização dos grupos de agentes comunitários na formulação de estratégias e ações para a gestão ambiental local;
- II - incentivo e apoio às iniciativas ambientais comunitárias e de órgãos públicos ou privados que visem o desenvolvimento ambiental das localidades;
- III - promoção de intercâmbio com a rede de ensino visando a difusão dos princípios da Agenda 21;
- IV - promoção de cursos de educação ambiental e sanitária, medicina natural e aproveitamento integral dos alimentos, horticultura e jardinagem possibilitando um aprendizado potencializador de geração de renda;
- V - desenvolvimento de experiências participativas de intervenção em problemas ambientais como lixo, ausência de saneamento básico, poluição das águas, solo e ar, áreas degradadas, entre outros;
- VI - melhoria nutricional da população atingida a partir do incentivo ao cultivo de hortas, plantas medicinais, pomares domiciliares e comunitários;
- VII - conservação, o manejo e uso de sua área para experimentação e demonstração de tecnologias agroecológicas e práticas educativas de cunho ambiental;
- VIII - adequação do manejo das áreas dos Centros de Vivência Agroecológica às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sócio-culturais das diversas comunidades das áreas de abrangência dos programas;
- IX - dinamização do CEVAE como equipamento público, tornando-o um ponto de referência ambiental, alimentar e cidadã em apoio às comunidades locais;
- X - utilização de seus equipamentos em eventos populares e manifestações culturais, de acordo com a legislação municipal aplicável ;
- XI - ampliação das parcerias e apoio financeiro para o melhor desenvolvimento dos programas;
- XII - difusão das experiências realizadas de forma que outras comunidades e cidades possam multiplicar as ações de melhoria ambiental local;

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 6º - São instâncias de gestão dos Centros de Vivência Agroecológica:
I - o Comitê Gestor; e
II - as Comissões Locais.~~

Art. 6º - São instâncias de gestão dos Centros de Vivência Agroecológica:

- I - o Comitê Gestor e;
- II - a Comissão Local de cada CEVAE.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 7º - O Comitê Gestor dos Centros de Vivência Agroecológica se compõe dos seguintes membros:~~

- ~~I - um (01) representante da SMMA, indicado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente;~~
- ~~II - um (01) representante da SMAB, indicado pelo Secretário Municipal de Abastecimento;~~
- ~~III - um (01) representante da Administração Regional onde cada CEVAE está localizado, indicado pelo Administrador Regional;~~
- ~~IV - um (01) representante da SMSA, indicado pelo Secretário Municipal de Saúde;~~
- ~~V - seis (06) representantes comunitários, sendo quatro (04) indicados pelas Comissões Locais de cada CEVAE e dois (02) eleitos pela articulação das Comissões Locais de forma alternada entre as comunidades;~~
- ~~VI - um (01) representante indicado pelas entidades conveniadas com a PBH para a execução das atividades dos Centros de Vivência Agroecológica.~~

-

~~§ 1º - O número de representantes do Poder Público Municipal não será inferior à metade mais um do total dos membros do Comitê Gestor.~~

~~§ 2º - Os representantes indicados para o Comitê Gestor terão mandato com duração de dois (02) anos, permitida a sua recondução.~~

Art. 7º - O Comitê Gestor dos Centros de Vivência Agroecológica se compõe dos seguintes membros:

- I - um (01) representante da SMMA, indicado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente;
- II - um (01) representante da SMAB, indicado pelo Secretário Municipal de Abastecimento;
- III - um (01) representante da Administração Regional onde cada CEVAE está localizado, indicado pelo Administrador Regional;
- IV - um (01) representante da SMSA, indicado pelo Secretário Municipal de Saúde;
- V - um (01) representante da SMED, indicado pelo Secretário Municipal de Educação;
- VI - seis (06) representantes comunitários, sendo quatro (04) indicados pelas Comissões Locais de cada CEVAE e dois (02) eleitos pela articulação das Comissões Locais de forma alternada entre as comunidades;
- VII - um (01) representante indicado pelas entidades conveniadas com a PBH para a execução das atividades do CEVAE.

§1º - O número de representantes do poder público municipal não será inferior à metade mais um do total dos membros do Comitê Gestor do CEVAE.

§2º - Os representantes indicados para o Comitê Gestor do CEVAE terão mandato com duração de 01 (um) ano, permitida a sua recondução.

§3º - Os representantes indicados para o Comitê Gestor não serão remunerados sendo as funções por eles desempenhadas consideradas como trabalho relevante prestado à comunidade.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 8º - Compete ao Comitê Gestor dos Centros de Vivência Agroecológica:~~

- ~~I - propor as diretrizes políticas para os programas, a partir das diretrizes locais de cada CEVAE;~~
- ~~II - deliberar e solucionar as questões propostas pelas Comissões Locais;~~
- ~~III - aprovar os Planos de Ação Estratégicos de cada CEVAE;~~
- ~~IV - aprovar convênios, parcerias e solicitação de recursos para os programas;~~
- ~~V - aprovar publicações, apresentações ou divulgações de grande alcance, referentes aos programas.~~

Art. 8º - Compete ao Comitê Gestor do CEVAE:

- I - definir as diretrizes políticas para os Programas, a partir das diretrizes locais de cada CEVAE;
- II - deliberar e solucionar as questões propostas pelas Comissões Locais;
- III - aprovar o Plano de Ação Estratégico de cada CEVAE;
- IV - aprovar convênios, parcerias e solicitação de recursos para os Programas;
- V - estabelecer critérios para publicações, apresentações ou divulgações referentes aos CEVAE.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 9º - A coordenação do Comitê Gestor se compõe de:~~

- ~~I - um (01) Presidente, que será o representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e um Vice-Presidente indicado pela articulação das Comissões Locais;~~
- ~~II - um (01) Secretário Executivo, que será o representante do Departamento de Desenvolvimento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.~~

~~Parágrafo único - O Comitê Gestor aprovará o seu regimento interno, proposto pelas instituições e parceiros a que se refere o art. 7º desta Deliberação.~~

Art. 9º - O Comitê Gestor do CEVAE será coordenado por:

- I - um (01) Presidente, que será o representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e um vice-presidente que será indicado pela articulação das Comissões Locais;
- II - um (01) Secretário executivo, que será o representante do Departamento de Desenvolvimento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordenador do CEVAE.

Parágrafo único - O regimento interno do Comitê Gestor dos Centros de Vivência Agroecológica será discutido, aprovado e reformulado pelo próprio Comitê Gestor, sendo encaminhado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente para a publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 10 – A Comissão Local de cada CEVAE é composta por:~~

- ~~I – representantes comunitários;~~
- ~~II – representantes dos parceiros envolvidos;~~
- ~~III – técnico da PBH com atuação local;~~
- ~~IV – representantes indicados pelas entidades conveniadas para a execução das atividades dos Centros de Vivência Agroecológica.~~

Art. 10 - A Comissão Local de cada CEVAE é composta por:

- I - representantes comunitários;
- II - representantes dos parceiros envolvidos;
- III - representantes da PBH com atuação local;
- IV - representantes indicados pelas entidades conveniadas para a execução das atividades dos Centros de Vivência Agroecológica.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 11 – Compete à Comissão Local de cada CEVAE:~~

- ~~I – propor as diretrizes políticas para os programas;~~
- ~~II – cumprir os fundamentos, os objetivos e as diretrizes gerais de ação, a que se referem os arts. 4º ao 6º desta Deliberação;~~
- ~~III – elaborar e executar os Planos de Ação Estratégicos aprovados pelo Comitê Gestor;~~
- ~~IV – planejar, acompanhar e avaliar as atividades, demandas e entraves dos Centros de Vivência Agroecológica;~~
- ~~V – eleger um representante comunitário para compor o Comitê Gestor;~~
- ~~VI – eleger um representante comunitário que concorrerá a uma das vagas de membro do Comitê Gestor, pela articulação das Comissões Locais, a que se refere o art. 7º, VI, in fine;~~
- ~~VII – sensibilizar e capacitar a comunidade e representantes de instituições que atuam no local, formando uma rede de troca de experiências e realização de ações conjuntas para a melhoria ambiental;~~
- ~~VIII – encaminhar propostas ao Comitê Gestor.~~

Art. 11 - Compete à Comissão Local de cada CEVAE:

- I - propor as diretrizes políticas para os programas;
- II - cumprir os fundamentos, os objetivos e as diretrizes gerais de ação, a que se referem os arts. 3º ao 5º desta Deliberação;
- III - elaborar e executar os Planos de Ação Estratégicos aprovados pelo Comitê Gestor;
- IV - planejar, acompanhar e avaliar as atividades, demandas e entraves dos Centros de Vivência Agroecológica;
- V - eleger um representante comunitário para compor o Comitê Gestor;
- VI - eleger um representante comunitário que concorrerá a uma das vagas de membro pelo Comitê Gestor, pela articulação das Comissões Locais, a que se refere o art. 7º, VI, in fine;
- VII - sensibilizar e capacitar a comunidade e representantes de instituições que atuam no local, formando uma rede de troca de experiências e realização de ações conjuntas para a melhoria ambiental;
- VIII - encaminhar propostas ao Comitê Gestor.

(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000)

~~Art. 12 – São instrumentos de gestão dos Centros de Vivência Agroecológica os Planos de Ação Estratégicos, que visam fundamentar e orientar sua operacionalização e serão elaborados anualmente com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, tendo o seguinte conteúdo mínimo:~~

~~I – diagnóstico da situação sócio-ambiental local;~~

~~II – agentes envolvidos;~~

~~III – prioridades de ação;~~

~~IV – resultados esperados;~~

~~V – medidas a serem tomadas, estratégia de atuação, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;~~

~~VI – recursos orçamentários e fontes financiadoras.~~

~~Parágrafo único – Os Planos de Ação Estratégicos serão elaborados pelos Centros de Vivência Agroecológica e aprovados pelo Comitê Gestor.~~

Art. 12 - O regimento interno da Comissão Local de cada CEVAE, será discutido, aprovado e reformulado pela própria Comissão, sendo encaminhado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, após a anuência do Comitê Gestor, para a publicação no Diário Oficial do Município - DOM . [\(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000\)](#)

~~Art. 13 – Será apresentado ao COMAM e aos parceiros envolvidos o balanço das atividades e metas alcançadas anualmente.~~

~~Parágrafo único – O balanço anual das atividades referentes aos programas promovidos pelos Centros de Vivência Agroecológica será publicado no Diário Oficial do Município – DOM.~~

Art. 13 - São instrumentos de gestão dos Centros de Vivência Agroecológica os Planos de Ação Estratégicos, que visam fundamentar e orientar sua operacionalização e que serão elaborados anualmente com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, tendo o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação sócio-ambiental local atual; II - agentes envolvidos;

III - prioridades de ação;

IV - resultados esperados;

V - medidas a serem tomadas, estratégia de atuação, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;

VI - recursos orçamentários e fontes financiadoras.

Parágrafo único - Os Planos de Ação Estratégicos serão elaborados pelas Comissões Locais e aprovados pelo Comitê Gestor.

[\(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000\)](#)

Art. 14 - Será apresentado ao COMAM e aos parceiros envolvidos o balanço das atividades e metas alcançadas anualmente.

Parágrafo único - O balanço anual das atividades referentes aos programas promovidos pelos Centros de Vivência Agroecológica / CEVAE - PBH, será publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

[\(Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000\)](#)

Art. 15 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário. ([Redação dada pela Deliberação Normativa COMAM nº 31/2000](#))

Juarez Amorim

Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente